

ARTIGO

DO EXÍLIO, UM FUTURO PARA O AMAZONAS JOÃO DANIEL E O APROVEITAMENTO DAS RIQUEZAS DO RIO¹

FROM EXILE, A FUTURE FOR THE AMAZON RIVER JOÃO DANIEL AND THE EXPLOITATION OF THE RIVER'S SOURCES OF WEALTH

FERNANDO TORRES LONDOÑO*

RESUMO

Este artigo examina o exílio a que foram submetidos os jesuítas, em particular os do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir de 1757. Identificando três tipos de presença da escrita na elaboração do exílio dos jesuítas, privilegia-se o padre João Daniel e sua obra *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, provavelmente escrita nas prisões a que foi submetido de 1759 até sua morte em 1776. Tendo sido escrita à parte das redes de afinidade de sentido às quais se inseriram os jesuítas exilados, o *Tesouro* apontaria para a elaboração de um diretório de aproveitamento das riquezas do rio, que teria um destinatário presente mas propositalmente omitido.

PALAVRAS-CHAVE: Amazonas, exílio, jesuítas, João Daniel.

ABSTRACT

This article examines the exile suffered by the Jesuits, in particular those living in Estado do Grão-Pará e Maranhão, from 1757 on. Having identified three kinds of written texts in the account of the Jesuit's exile, we will give priority to those of padre João Daniel and his work *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, probably written in prison, where he spent the years from 1759 until his death in 1776. Written outside the common objective networks that united the exiled Jesuits, the *Tesouro* will point to the elaboration of a catalogue of forms of exploitation of the river's riches, which would have an actual recipient, although he was deliberately left out.

KEYWORDS: Amazon River, exile, Jesuits, João Daniel

1. Exílios, exilados, escrita

Para Edward Said, o exílio atrai estranhamente nosso pensamento, mas “é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada”.² Esse produto de seres humanos para seres humanos é também para Said “irremediavelmente secular e insuportavelmente histórico”.³ Hoje, multidões de pessoas sem esperança, sem documentos, subitamente perdidas, sem uma história para contar, multiplicam a escala a cada ano e fazem do século XXI a “era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa”, provocada pelas modalidades das guerras, do imperialismo e do totalitarismo.⁴ Na fronteira entre o “nós” e os “outros” se estende, para Said, o perigoso território do não pertencer, e para onde os exilados e os refugiados são empurrados ao transitório, ao descontínuo, ao sem lugar.⁵ Ali há urgência em reconstruir a vida, em recuperar vínculos e sentidos, em ligar-se a novos lugares, pois o risco de ficar à deriva é permanente.

Situação de forte impacto individual, o exílio, na sua dimensão de reação, provoca vários movimentos, entre eles o desejo de comunicação de saber e de participar a experiência através da escrita. Tem havido na modernidade um vínculo forte entre a correspondência e o exílio, que se fez presente também nos séculos XVIII, XIX, XX. Nas independências, guerras anticoloniais e nas lutas contra totalitarismos e ditaduras, a escrita no exílio também se revelou como um instrumento de luta, de visibilidade, de denúncia, de articulação de movimentos, de pressões para forçar mudanças nos países de origem. Muitos exilados viraram ativistas e “viveram” mais nos seus países de origem do que onde foram acolhidos.

No século XX, exilados notáveis, vários deles fugindo dos totalitarismos que tomaram conta da Europa, conseguiram enxergar seus exílios na América como tempos de liberdade, de travessias e mesmo de renascimento.⁶ Assim, no entendimento de Adorno, citado por Said, “o exilado atravessa fronteiras, rompe barreiras de pensamento e da experiência”.⁷ Intelectuais, artistas, escritores, “libertados” pela perda e pela distância da “pátria”, do “lar” ou mesmo da “língua”, fizeram da “escrita seu único lar” – também em palavras de Adorno –, assumindo assim as tarefas elucidativas e críticas do exílio.⁸

Para outros exilados, como, por exemplo, para os militantes de esquerda na Argentina dos anos 1970, o exílio foi entendido como o preço de um fracasso, e nas suas memórias, recolhidas por Marina Franco, convivem silêncios, culpas, medos.⁹ Pouca relevância teria a dor, senão ser purificadora. Assim, para muitos exilados a perda não produziu libertação, mas alimentou o que Said, comentando o exílio nos romances de Conrad, chama de medo neurótico do exilado.¹⁰ Medo que em boa parte poderia ser suscitado pelo fato de o exilado permanecer em relação ao lugar aonde chega como excêntrico, nostálgico, “deliberadamente inoportuno”.¹¹ Mantendo-se alheio e distante do que está próximo, e próximo do que ficou para trás, tal exilado irá perdendo com o tempo o lustre de sua nostalgia, que murchará, e o exílio, como o chamou Emil Cioran em relação aos escritores exilados, seria uma “cidade do nada”.¹²

Seja entendendo sua situação como um destino trágico, seja como uma possibilidade de reinvenção, a escrita coloca o exilado à frente de si e dos outros, permitindo-lhe elaborar sua experiência, comunicá-la e partilhá-la. Para Said, poetas e escritores exilados “conferem dignidade a uma condição criada para negar a dignidade – e a identidade das pessoas”, incluindo nos seus textos “territórios de experiência” que se situam além da própria literatura do exílio.¹³ Textos de exílio alimentam o tempo transcorrido entre a partida forçada, por vezes imprevisível,

improvisada, e o retorno imaginado centenas de vezes. Em textos de exílio elaboram-se imagens e se dá forma a propostas, a alternativas políticas e até a projetos nacionais.

Do outro lado, dos destinatários e leitores, a escrita de exílio provoca a constituição de um território comum próprio entre os que escrevem e os que leem, onde de forma múltipla se narra e se lê. A experiência do exílio, como lembra Beatriz Sarlo, a propósito das cartas dos exilados argentinos que eram lidas em voz alta como um “noticiário”, fica, pois, atravessada pela intervenção dos destinatários, dos interlocutores.¹⁴ A interlocução pode ser muito ampla, desde o companheiro que se abandonou, o filho, uma pessoa amada, os amigos, os companheiros, os compatriotas e até uma comunidade de anônimos. Pode existir também uma interlocução desejada e mesmo um destinatário imaginado. Destinatário imaginado detrás do qual se pode esconder o destinatário verdadeiro, que não pode aparecer, não quer ser identificado, ou não interessa que seja colocado em evidência.

2. Jesuítas: expulsões e exílios na segunda metade do século XVIII

Na segunda metade do século XVIII, tivemos na América uma situação particular que provocou, no caso da América espanhola, entre 2.116 (a contagem mais baixa) e 2.267 (a lista mais ampla) exilados.¹⁵ Deles, a grande maioria terminou não voltando. Porém, através de suas ações em terras estranhas ou de seus textos carregados de nostalgia, de projetos e de propostas, eles ajudaram a cristalizar imagens da América, de seus povos e de suas regiões, que, ao serem difundidas no século XIX, forneceram conteúdos aos países surgidos no processo de independência da América.

Esses exilados seriam os jesuítas, e é do desterro, do exílio e da prisão de um jesuíta português da província do Maranhão e Grão-Pará que trata este artigo. Ele foi expulso do Maranhão em 1757 com outros companheiros, e com eles esteve no desterro no norte de Portugal. Com a expulsão da Companhia de Jesus de todo o império português (1759), passou, também com eles, por duas fortalezas-cadeias onde eram encarcerados os presos políticos. Mesmo com as particularidades que serão apresentadas neste artigo e com sua atitude pessoal perante o exílio, a situação de João Daniel tem que ser inserida no marco geral de expulsão da Companhia de Jesus dos reinos católicos e do contexto particular dos padres expulsos do Grão-Pará e Maranhão.

As expulsões de jesuítas de reinos católicos entre 1759 e 1768, seguidas da extinção da Ordem em 1773, foram produtos da inversão de uma correlação de forças que, praticamente desde o início do século XVII, lhes tinha sido favorável. Até 1750, a Companhia de Jesus foi a Ordem mais poderosa da cristandade, em três aspectos: (1) influência dentro da Igreja e dos reinos católicos, em inúmeros aspectos: teológicos (Suarez, Mariana), filosóficos, humanísticos, artísticos, educativos, políticos e de presença nas periferias dos impérios, através das missões católicas, catequizando e tomando conta pastoralmente dos nativos, chegando a inspirar versões como as das sociedades perfeitas do Paraguai; (2) presença através de colégios, universidades, casas religiosas, paróquias e missões oriundas de Paris, Madri, Barcelona, Salamanca, Lisboa, Évora, Viena, São Petersburgo, rumo ao Congo, Nepal, Paquistão, Índia, Japão, China, México, Brasil, Peru, Rio da Prata, Paraguai; (3) acúmulo de bens imóveis e móveis e atuação em diversas áreas de produção tanto rural como urbana: estâncias, fazendas, engenhos etc., além de atuações no comércio local, transatlântico e, inclusive, no tráfico de africanos escravizados.¹⁶

Com muitos inimigos acumulados durante séculos, com uma postura de segurança qualificada por muitos como soberba, os jesuítas viram-se censurados, entre 1740 e 1770, por filósofos, homens públicos, bispos e outras ordens religiosas, que os consideravam ultrapassados em filosofia e ciência, e apontavam para sua riqueza, acusando-a de ser fruto de privilégios e doações, mediante o controle de reinos inteiros, desde o juízo dos reis (dos que eram confessores) até as opiniões das pessoas simples, através da confissão, das missões populares e da catequese. Na implantação do Regalismo na França, Portugal e Espanha, foi construída, assim, com a ajuda de todo um aparelho de impensas, panfletos e textos anônimos, a imagem do jesuíta como intrigante, falso, ardiloso, mentiroso, interesseiro, hipócrita, que chegou até os dicionários franceses e portugueses do século XX.¹⁷ Finalmente, em 1758, com um antijesuitismo cada vez mais exacerbado e incrementado, a suposta participação de padres da Companhia num complô contra o rei de Portugal, dom José I, os colocou como regicidas e inimigos de qualquer poder que se lhes opusesse. Alguns milhares de padres e jovens jesuítas foram expulsos, desterrados, presos, muitos deles morrendo na cadeia ou no exílio, em grande parte nos Estados Pontifícios.¹⁸ Ali se acumularam centenas, tendo dificuldades de sobreviver e tendo de suportar ao mesmo tempo, durante anos, a desconfiança, o desprezo, o opróbrio, o ódio. Como a Ordem tinha sido expropriada de casas, colégios, fazendas, engenhos, os jesuítas e, depois de 1776 com a extinção, os ex-jesuítas passaram a viver de seu trabalho como padres, professores, tutores de alunos e escritores de obras encomendadas ou agraciadas por nobres e ricos, ou, no caso dos espanhóis, de uma magra pensão real.¹⁹

3. Três presenças e três sentidos para a escrita dos jesuítas no exílio

Dos Estados Pontifícios, os expulsos se articularam na tarefa de defender a Ordem de seus muitos inimigos, esforçando-se por deter algo que já se delineava como ameaça: sua extinção. Na defesa foram-se delineando três tarefas: (1) reunir informações sobre a perseguição, a fim de se servir delas para denunciar sua injustiça; (2) escrever consignando sua versão das condições da expulsão e refutando as acusações e “calúnias”; (3) articular (através de correspondência) de fato uma defesa tanto dentro da Companhia como com os amigos que ainda a Ordem mantinha ou com outras pessoas que se solidarizavam com sua situação.

No exílio, a escrita se foi configurando para os jesuítas como uma forma de conferir sentido e de se afirmar numa Europa (o lugar com maior concentração de exilados) onde eram perseguidos, olhados com desconfiança ou ignorados. Em relação ao exílio dos jesuítas no século XVIII, podem ser enxergadas três formas de presença dessa escrita e também três sentidos. Sua identificação visa somente à distinção de alguns traços que apontariam para objetivos e sentidos, mas não pretende ser uma camisa de força na qual necessariamente tem de entrar toda a escrita jesuítica do exílio, mesmo porque nosso autor, por suas particularidades, não se enquadra perfeitamente em nenhum dos três tipos de presença.

A primeira presença se configura no fato de que a escrita foi praticada pela geração das expulsões como um instrumento indispensável para sua defesa. Desenvolveu-se, assim, um tipo de escrita de exílio que podemos chamar de militante. Ela seria marcada pela apologia, mostrando a perseguição e os sofrimentos que trouxe, em muitos casos testemunhal, de memória; a defesa, a refutação e o esforço por conseguir manter a comunicação e a visibilidade são as ações escriturais que caracterizam estes textos de exílio. Jesuítas de todas as

províncias, instruídos muitas vezes por seus superiores, praticaram este tipo de escrita e, por sua vez, foram reunindo correspondência e documentos que alimentavam a defesa através de cópias e versões.²⁰ Na escrita militante, o exílio é uma experiência de perseguição e ao mesmo tempo um espaço de luta. É, assim, uma escrita de defesa veemente, mas também de ataques e denúncias, e está marcada e definida pelo jogo político de defender a Ordem, manter sua articulação e evitar sua extinção. Os destinatários seriam os “nossos” (jesuítas e ex-jesuítas), os amigos da Companhia (parentes de jesuítas, benfeitores, praticantes dos Exercícios Espirituais). Este é o caso, por exemplo, da obra do jesuíta português José Caeiro, que apresentava sua obra de forma a “fazer história, contudo, também terá lugar a apologia ou defesa, quando as circunstâncias o pedirem. Portanto, narrar-se-ão fielmente as calúnias espalhadas contra os jesuítas; mas juntamente se defendera sua inocência atacando ao caluniador”.²¹ Livres dos cárceres e com a diminuição da perseguição depois da extinção, essa escrita vai manter sua forma apologética e ganhar traços de testemunho de sofrimento, dando ao exílio e à perseguição um caráter heroico.²² Escrever sobre a experiência do desterro e da prisão serve como testemunho de manutenção na fé, na chave espiritual formulada por Loyola em seus *Exercícios Espirituais*, que transitaria da “desolação” provocada por sentir a distância divina e a “consolação” gerada pela presença amorosa de Deus.

Pode ser distinguido também um segundo tipo de escrita, que não teria como objetivo primordial a defesa da Companhia, mas tornar possível a permanência de uma memória afirmativa dos lugares de origem. Um tipo de escrita que permitia elaborar o exílio através do exercício sistemático e explícito da memória, da qual não se queria abdicar, combatendo, assim, a melancolia, a perda, e dando um sentido a suas vidas, como aponta Maria Susana Cipolletti em relação aos

missionários do Alto Amazonas.²³ Ela estaria marcada pelo desejo de lembrar, reproduzir, contar, narrar, reinterpretar a distância. No caso dos expulsos da América espanhola, este tipo de escrita conduzida pela lembrança, vai fazer das missões um de seus tópicos principais. É uma escrita que, na elaboração da perda de um projeto, revisita com a memória a experiência missionária, tecendo uma narrativa definida pela relação dos missionários com os povos indígenas e com o entorno natural.²⁴

Finalmente acreditamos que pode ser destacada uma terceira presença da escrita, marcada pela transmissão através de textos, saberes e conhecimentos. Este tipo de escrita recuperaria para os jesuítas uma atividade e um papel social: o de homens letrados, detentores e produtores de saberes. Escrita que defende a permanência dos jesuítas, mesmo extintos ou ultrapassados pela hegemonia da Iluminismo, como homens de ideias capazes de continuar contribuindo para a produção de saberes. Jesuítas e depois ex-jesuítas, articulados no mundo das universidades, e dos colégios onde tinham sido ou estudantes ou professores, entenderam também que uma forma de defender a Companhia era continuar seu trabalho intelectual, escrevendo as mais variadas obras (muitas delas, manuais de línguas ou obras de hagiografia), circulando eles entre os próprios membros da Ordem, lutando também para conseguir apoio para sua impressão.²⁵ Mesmo com a perseguição e o antijesuitismo, os jesuítas, como intelectuais, não desapareceram e continuaram disputando espaços e reconhecimento. Nesta terceira forma de escrita, o exílio foi um lugar intelectual onde se continuava elaborando saberes. Mesmo sendo rejeitados pelo antijesuitismo, através de tratados de diversas ciências e artes, os jesuítas se incluíam no Ocidente. Ao mesmo tempo, o conhecimento a partir da experiência que sustentava descrições de gentes e de regiões como América suscitava a curiosidade da Europa ilustrada.²⁶ Estudiosos e naturalistas passaram a

ser interlocutores de ex-jesuítas e, em vários casos, textos foram produzidos tendo-os como destinatários.

No Estado do Grão-Pará e Maranhão, um número um pouco superior a vinte jesuítas foi expulso a partir de 1755 e desterrado para o norte de Portugal; em 1759, toda a província foi expulsa, sendo muitos dos padres conduzidos a prisões onde permaneceram presos até 1777.²⁷ Foram acusados de negarem-se a entregar a administração temporal dos índios, indispostos estes contra as disposições do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que tirava privilégios dos padres, obstaculizarem as demarcações no Amazonas com a Espanha e desobedecerem generalizadamente às ordens do reino.²⁸

4. Três jesuítas, três exílios, três presenças da escrita

Entre os jesuítas expulsos em 1757 do Grão-Pará e Maranhão, estava João Daniel (1722-1776). Português nascido em 1722, entrou na Companhia de Jesus em dezembro de 1739 e teria chegado ao Maranhão em 1741; estudou humanidades, filosofia e teologia no colégio de São Luís, tendo sido ordenado entre 1750 e 1751. Depois desempenhou diferentes funções como missionário e administrador, até ser expulso em dezembro de 1757, ficando desterrado em Cárcere, no norte de Portugal, até setembro de 1759, quando, em decorrência da expulsão da Companhia de Portugal, foi preso e mandado primeiro ao forte de Almeida e depois, em 1762, à fortaleza de São Julião, onde permaneceu até sua morte em 1776.²⁹

Sabemos de seu exílio, desterro e prisão pelos textos de Anselmo Eckart e Lourenço Kaulen, dois jesuítas de língua alemã. Com uma história quase paralela, mesma idade, mesma missão, mesma expulsão, mesmo exílio, mesmas prisões, os três escritores diferem-se só em

relação à morte. João Daniel morre preso em São Julião aos 54 anos, enquanto os alemães conseguem sua libertação em 1777, vivendo ainda por muitos anos, assistindo e contribuindo no esforço pela restauração da Companhia, que ocorreu em 1814, cinco anos depois da morte de Eckart. Assim, do português com o percurso interrompido só temos sua obra, ao passo que dos alemães é possível recuperar sua trajetória e sua luta pela preservação da memória da Companhia de Jesus. Contudo, os momentos mais expressivos de sua vida são comuns e não há como examinar Daniel num texto sobre seu exílio descolando-o de seus companheiros tanto portugueses como de outras nações. Porém, neste artigo temos que reduzir-nos a uma simples apresentação da rica e intensa vida fora da prisão de seus companheiros alemães.³⁰

Anselmo Eckart (1721-1809) nasceu na Mogúncia (Mainz) e ingressou na ordem em 1740, chegando já padre ao Maranhão em 1753, onde foi missionário na aldeia de Trocano. Envolveu-se em episódios contra Mendonça de Furtado e terminou sendo expulso em 1757, e em seguida preso no forte de Almeida e no de São Julião. Libertado em 1777, voltou a sua pátria e depois seguiu viagem para se reunir com os jesuítas que mantinham a Companhia na Rússia, chegando a ser mestre de noviços.³¹ Segundo relata no início de suas memórias, foi por solicitação de amigos insígnies e benfeitores da Companhia narrar a “trágica história dos jesuítas de Portugal, por tantos anos exilados e cativos”.³² Faz, assim, uma crônica que começa em 1754 e termina em 1777, relatando ano a ano fatos relacionados a suas prisões, às perseguições de Carvalho e Melo, a sua defesa e a da Companhia de todas as acusações e ao martírio que em nome de Deus sofreram os jesuítas. Sua defesa da Companhia e as muitas denúncias se enquadram perfeitamente no primeiro tipo de presença de escrita que chamamos de exílio militante. Porém, seu texto se fez possível porque ele respondeu à solicitação de novas interlocuções para as obras literárias dos jesuítas,

que se foram configurando no bojo das críticas contra a injusta perseguição à Companhia de Jesus. No caso de Eckart, uma das “pessoas insignes” que lhe teria solicitado escrever suas memórias seria um amigo, o erudito editor Christoph Gottlieb von Murr (1733-1811). Protestante, grande crítico da extinção da Companhia e defensor dos jesuítas que deveria saber sobre Eckart desde a década de 1780, incluiu sua *História das Perseguições da Companhia de Jesus em Portugal*, junto com outros textos de jesuítas alemães, numa monumental obra de dezenove volumes, publicada no final do século XVIII, sobre a literatura alemã.³³

De Lourenço Kaulen (1716-1797), diremos pouco, reduzindo-nos a consignar que entrou na Companhia em 1738, que estudou artes, desenho e humanidades, que atuou como professor, geógrafo missionário, e que foi expulso em 1757, sobrevivendo às prisões até 1777 e se mantendo até sua morte em Portugal. Nascido em Colônia, era militante e escritor, e fez de sua escrita um instrumento de luta em defesa da Companhia de Jesus e sua restauração. Imprimiu a essa luta um caráter providencialista, como o expressou na “protestação” de um de seus relatos sobre o cativo dos padres, escrevendo que Deus não quis que “a inocência fosse de todo oprimida; reduzindo os padres das trevas à luz, dos cárceres à liberdade e quase da morte à vida, sem dúvida quis que o mundo soubesse o que o inferno quis que se ocultasse”.³⁴

Entre seus primeiros textos narrando os sofrimentos padecidos pelos jesuítas portugueses nas prisões, está uma carta escrita em latim em São Julião, de 12 de dezembro de 1766, e que teve grande repercussão e difusão, sendo traduzida ao italiano, francês, espanhol e português. Em 1775, outra carta de Kaulen consegue sair de São Julião, e a partir da sua libertação, em março de 1777, inicia intensa correspondência com ex-jesuítas em diferentes partes de Portugal, Roma, cidades alemãs e Rússia. Participa, assim, ativamente de uma rede em defesa da Companhia, por

parte de ex-jesuítas e jesuítas da Rússia, que se vai estender e incluir estudiosos e homens das ciências. Ele escreve, então, um diário sobre sua expulsão do Maranhão e a viagem para o desterro.³⁵ Fez também um extenso e detalhado relato da passagem pelos cárceres dos fortes de Almeida e São Julião. Nesse relato, Kaulen mostra que tinha prática de desenhista (havia estudado desenho antes de vir para o Maranhão), ao fazer as plantas tanto do forte de Almeida como de São Julião.³⁶ A partir de 1780, começa, através de cartas, a contestar o poema crítico das reduções, *Uraguai*, escrito pelo ex-jesuíta Basílio da Gama, que fez muito sucesso entre os inimigos da Companhia. Em 1786 difunde sua *Resposta apologética ao poema intitulado Uraguai, composto por José Basílio da Gama e dedicado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. Nessa época troca correspondência com Christoph Gottlieb von Murr e com outros defensores dos jesuítas, como os padres José Caeiro, Anselmo Eckart e Bento da Fonseca. Sem voltar à sua terra natal, permaneceu em Portugal até o fim de seus dias, escrevendo ainda sobre sua experiência no Maranhão e seu cativeiro nos cárceres portugueses.³⁷

João Daniel, mesmo com toda a história comum que tinha com os padres alemães, quase não foi mencionado por eles, que, aliás, pouco mencionam os portugueses, a não ser os superiores. Eckart o incluiu na lista dos que morreram em São Julião. Kaulen o coloca como um dos professores que estavam em São Julião. Contudo, na *Relação de algumas cousas que sucederão aos religiosos da Companhia de Jesus no reino de Portugal, nas suas prisões, desterrós e cárceres, em que estiveram por tempo de 18 anos...*, seu nome não aparece no desenho alegórico que se encontra anexo à obra e lembra os “mártires mortos em São Julião”.³⁸

5. João Daniel: a metáfora e o Amazonas

Ao contrário dos padres Eckart e Kaulen, depois de sua expulsão João Daniel não registrou nada sobre a prisão. Silenciou sobre seu cotidiano no cárcere e sobre a própria vida. Porém, ao contrário das memórias de seus companheiros, ele escreveu muito sobre um terceiro elemento: o rio Amazonas. Foi a ele que dedicou uma expressiva obra, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, escrita em grande parte na prisão.³⁹

Daniel explicitou já no título o objetivo e conteúdo de sua obra: “*Tesouro*, do latim *thesaurus*, objeto precioso ou lugar onde se guardam objetos preciosos, ou, em outra acepção, objeto ou objetos que estavam escondidos e que se descobriram casualmente”;⁴⁰ *descoberto*, “Que não está coberto. (relativo a) coisa que se descobriu. Invento”;⁴¹ *máximo*, “que é maior que todos. Que está acima de todos os da sua espécie ou gênero. Que é o mais alto; excelso”.⁴²

O *Tesouro* é uma metáfora para enxergar riqueza onde outros só viram ou veem emaranhado, mata escura ou um labirinto aquático. Embora sua matéria possa coincidir com a contemplada em outros textos referentes ao clima, à geografia, à fauna, à flora e aos costumes dos habitantes do Amazonas ou de outras partes da América, a partir dos modelos de uma “história natural e moral” aplicados em relação ao novo mundo desde o século XVI até o XVIII, o livro assume também o lugar da descoberta, trazendo à luz inúmeras riquezas escondidas ou apontando, através de um programa de ações, possibilidades de usufruto e aproveitamento de “haveres” preciosos. Finalmente, ele se refere ao Amazonas, que pela sua extensão (que pode chegar a 1.800 léguas, segundo o autor), largura, navegabilidade e rios que congrega “se faz digno de ser chamado um mar natante (de águas doces), o máximo

monarca dos rios, e merecedor de muitos nomes, e multiplicados títulos”.⁴³

Escrito, ao que parece, entre os anos passados no forte de Almeida, de 1759 até 1762, e à época de São Julião, o *Tesouro* seria uma obra de exílio e de “cárcere”. Este substantivo, no caso de São Julião, diz muito pouco da fortaleza que guardava a entrada do Tejo, não muito longe de Lisboa. Por Eckart e Kaulen, sabemos que ali, nas escuras galerias subterrâneas, por ter as claraboias tampadas por pedras, úmidas, feitas um lamaçal por toda a água que entrava, com paredes “como a pele de um leproso cobertas de sebo”, fedidas, imundas, habitadas por variadas espécies de insetos e apelidadas pelos presos de “catacumbas” ou de “sepulcros”, ficaram por quase vinte anos 150 jesuítas provenientes do império português, sendo que 37 deles (inclusive João Daniel) não sobreviveram até 1777, ano da libertação dos últimos presos políticos da era pombalina.⁴⁴

Pelas memórias de Kaulen e de Eckart, sabe-se que, apesar de toda precariedade e miséria reinante nas “catacumbas”, onde os jesuítas teriam sido “enterrados vivos”, graças à corrupção, ao desleixo dos guardas e à esperteza dos prisioneiros se desenvolveram diversas atividades para resistir e dar sentido às “provações” a que os religiosos estariam sendo submetidos. Assim, muitos padres se dedicavam à escrita de diversos textos ou a traduções do latim de obras de referência; os que vinham da Índia e da China ensinavam as línguas daqueles países, e também se tinha organizado uma espécie de “universidade” com várias disciplinas lecionadas e com exames solenes.⁴⁵

Iluminado por lamparinas de óleo e economizando papel (aproveitado das mais diversas formas) e tinta (elaborada com engenhosos métodos), Daniel teria escrito em seis cadernos sua volumosa obra. Ao contrário dos padres Eckart e Kaulen, seu texto não é uma defesa das acusações que provocaram sua expulsão em 1757, nem

também uma crônica dos anos de cárcere, já que sua escrita tampouco tratará estritamente sobre o cárcere. Assim, não faz, por exemplo, nenhuma menção a qual teria sido o “crime” que o levou ao desterro e à prisão. Segundo o governador da época, Mendonça Furtado, seu crime seria andar dizendo publicamente que não entendia quem era capaz de dar a absolvição ao governador, indo, além de tudo, tomar satisfações com seu confessor.⁴⁶ Nada menciona da volta a Portugal e do desterro em Cárcere, no norte. Igualmente, nada registra de seu percurso na vice-província jesuítica do Maranhão, primeiro como estudante no colégio de São Luís e depois como padre nas missões e no colégio de Santo Alexandre em Belém. Também sua obra não é um relato de viagem. A primeira pessoa só é utilizada eventualmente como baliza do conhecimento, assim como quando explica como se deve fazer a roça no Amazonas, que conheceu “nos anos que fui missionário de índios”.⁴⁷ A terceira pessoa, nesse caso o “máximo rio Amazonas”, domina o relato.

Sabemos de João Daniel indiretamente pelo seu objeto: o máximo rio Amazonas, visto como tesouro. Tendo abdicado de fazer um diário ou uma crônica e optando por um modelo de tratado ou de história natural e moral, a escrita de sua experiência de exílio, desterramentos e prisão só fica em evidência através do Amazonas. Fazendo jus ao temperamento colérico que lhe foi atribuído pelos superiores nas classificações sigilosas dos catálogos do colégio de São Luís, em 1745 e 1751,⁴⁸ Daniel era um homem com a determinação suficiente para realizar uma obra de vulto em condições adversas, improvisando papel e tinta e superando obstáculos como ter seus papéis confiscados no forte de Almeida, o primeiro lugar de sua longa passagem pelas cadeias políticas portuguesas.⁴⁹

João Daniel era, como muitos outros irmãos de sua ordem, um jesuíta com paixões. Sua paixão era o Amazonas. Essa paixão o

acompanhava nas gélidas noites de São Julião e o levou a escrever um texto costurado por uma única obsessão: mostrar as riquezas do rio e apontar para suas possibilidades de aproveitamento. Era igualmente um sonhador e um inventor, capaz de estabelecer detalhados protocolos para atividades tão variadas como navegar de canoa pelas correntezas, pescar, plantar, propiciar o aparecimento de capim para criar gado, ou propor inventos como moinhos de vento e outras “engenhocas” para facilitar a vida dos povoadores do Amazonas. Em relação a estas atividades, João Daniel abordou a navegação em várias partes do *Tesouro*, mas dedicou a ela o tratado segundo, “Da navegação e serventia do rio Amazonas”, da parte quinta; no tratado quinto da parte quinta dissertou sobre “A pesca no Amazonas”; à agricultura, também na parte quinta, dedicou 17 pontos “Da praxe que se deve observar na agricultura das terras incultas do Amazonas”; e reservou toda a parte sexta a “inventos úteis e curiosos”, desde represas até moinhos e engenhos transportáveis para moer grãos ou serrar madeira.

Assim, nele coexistiriam o naturalista, o médico, o administrador, o político, o educador e o ilustrado católico, como apontou Beatriz Domingues.⁵⁰ Porém, tudo isso se explicitou através do livro sobre o qual só diz que o teria escrito para “entreter o entendimento, na falta suma de todos os divertimentos e de livros e por disfarçar a falta de sono ainda no necessário das noites e tomando para remédio o argumento do rio Amazonas”.⁵¹ Para Daniel, o *Tesouro* seria, pois, o produto de suas muitas e longas noites de insônia.

Seria essa confissão, presente em outras narrativas de jesuítas exilados, produto de uma improvável humildade ou manifestação da sinceridade de quem a paixão o levava a ver como trivial o que claramente não o era? Como tudo em referência a João Daniel, as possibilidades de respostas estão no *Tesouro*. O que revela, de fato, o

Tesouro, a partir dele mesmo, que caráter, que forma de ser, que sentidos, que particularidades?

6. O *Tesouro*, um diretório para aproveitar as riquezas do rio Amazonas

Como já foi apresentado no início, na opção retórica escolhida por Daniel para construir seu texto, a metáfora é estruturante. Daniel se coloca no lugar da descoberta que lhe permite enxergar o tesouro. Ele se propõe a tornar a riqueza evidente; ir além dos gêneros já conhecidos e divulgados por seus próprios companheiros jesuítas.

Assim, um dos textos mais reveladores do *Tesouro* é um abecê do que seriam mais de 30 gêneros preciosos sobre os quais “queria dar notícia para que os leitores vejam que são realidades de verdade e não hipérboles de historiador; e, para que procedamos com distinção e clareza, seguiremos a ordem do alfabeto quanto aos gêneros; e só variaremos nas espécies por estarem abaixo de seus gêneros”.⁵²

Sem utilizar sistemas classificatórios de botânica, começa com os gêneros em ordem alfabética: ao âmbar segue-se o açúcar, a aguardente, o algodão, o arroz, o almíscar, a algália, a abutua, os diversos azeites e o alcaçuz, terminando a letra A. Continua com a letra B de bálsamo, enumerando, como fez com o algodão e o arroz, as diversas espécies (o peruano, o umeri, o capiba e mais sete bálsamos); depois a baunilha, o breu, o barro, os bezoares, o bicho-da-seda, até chegar ao C de cúrcuma e diversos tipos de cortiças; depois o D de dentes-de-crocodilo; o E de ervas; o F de farinha de pau o G de diversos tipos de gado e ainda do guaraná, do gengibre, do ginseng; o L de leites preciosos, como o leite conzinguba, o vapuí, o cauê, o morure; o M das madeiras, do mel, do melaço e da madrepérola; o N das pedras neufríticas; o O dos óleos; o P das madeiras preciosas, do puxuri, das pimentas e dos purgantes; o Q do

quinino; o R das resinas; o S da salsaparrilha e do sal; o T de tabaco, da taboca, da tramagueira, da tartaruga, das tintas; o V dos vinhos e o X do xará.⁵³

Terminado o alfabeto, esta nova metáfora para dimensionar a abundância de riquezas do rio Amazonas de forma incontestável, com “distinção e clareza”, como já mencionado, junta o que faltou por falta de propriedade de gênero, como as canoas, as contas de ar (sementes com propriedades curativas), as contas do peixe-boi (feitas das costelas do animal, utilizadas para conter hemorragias), o incenso, as pérolas e as mais variadas tintas nas cores azul, vermelho, roxo, amarelo, verde, negro, e ainda diversos tipos de óleos para tintas, como o óleo de copaíba, o de nandiroba, e finalmente os vernizes.

Tudo isso enumerado pela variedade de espécies, de particularidades, de técnicas para seu aproveitamento (como o casco da tartaruga), e em particular pelo uso medicinal e alto valor que alguns desses gêneros podiam alcançar nas boticas, como a canafístula.⁵⁴ Daniel enumera espécies e descreve técnicas indígenas que aparecem também nos textos de Eckart e de outros missionários. Mas o que resulta inédito em Daniel é que, guiado por usos já praticados e preocupado com sua demanda, soube ver e configurar o valor que esses produtos podiam representar, inserindo-os na formulação do *Tesouro*, que continha todos eles. Assim, como assinalou Domingues, Daniel compartilharia com a Ilustração sua visão enciclopédica e o ideal de progresso, muitas vezes reiterado no *Tesouro*.⁵⁵

O padre narra a partir da atitude e da posição de um estranho, que reunia ao mesmo tempo o improvável. Assim, nele coexistiam o entusiasmo de um admirador cativado com a diversidade e variedade de espécies, a curiosidade do inventor pela técnica desconhecida e a calculada expectativa de riqueza de um empreendedor ou negociante ante uma excelente oportunidade econômica. Já no *Tesouro* coexistiam

concepções que naquele momento foram vistas como excludentes, como a Filosofia Natural e a Teologia Escolástica, o entendimento da razão como instrumento do progresso e a crítica ao racionalismo.⁵⁶

No *Tesouro*, dá-se conta dos conteúdos dos índices das histórias naturais e morais, correntes até a segunda metade do XVIII, e que para a América do Sul, entre os jesuítas, teriam começado com o padre José de Acosta, com sua *Historia Natural e Moral de las Indias*, publicada em 1590, mencionada por Daniel em várias partes do livro, e, com um expoente relativamente recente, também cita o *Orinoco Ilustrado*, do também jesuíta José Gumilla, publicado em 1741.

Mesmo com o enorme inventário de espécies vegetais que descreve, às vezes desde as raízes até as sementes, sua obra não seria no XVIII a de um estudioso de botânica que elabora uma classificação ou um vade-mécum. O *Tesouro* estava, pois, mais para um catálogo de oportunidades convenientemente oferecidas a empreendedores do que para uma obra constituída na curiosidade de conhecer; como ele mesmo afirma, pretende “servir de diretório para viver com fortuna e enriquecer com brevidade”.⁵⁷

Apesar de seu esforço em ser preciso, técnico, sistemático, e por fazer completas descrições dos mais variados aspectos, o *Tesouro* não é obra que especula com o saber conseguido. Aliás, num dos vários momentos no livro em que polemiza com os *filósofos*, ao argumentar a partir da experiência a respeito do clima amazônico defendendo que este era saudável, mesmo sendo marcado pela zona tórrida, diz: “Porque mostra com a experiência que nem todos os discursos são evidência na praxe, e que nem toda especulação é infalível nos experimentos”.⁵⁸

Em Daniel, a experiência não é experimento, ela não aparece na sua descrição de repetição de procedimentos, mas sim é o princípio que permite a descrição. Isto porque numa espécie interessava tanto a

descrição minuciosa, que permitia identificar diferenças, como o aproveitamento e a utilidade que poderiam garantir sua demanda. Esta seria uma das características do *Tesouro*: ser uma extensa e recorrente propaganda do rio e das possibilidades de enriquecimento que esperariam a quem o soubesse explorar. E para isso Daniel recorre a uma retórica que desde o título usa e abusa da metáfora como instrumento de grande valorização, reforçada pelo adjetivo “máximo”.⁵⁹ Mas, para convencer a quem Daniel diz que está dirigindo seu texto, os futuros povoadores do Amazonas, não seria suficiente a simples exaltação por meio de adjetivos; era preciso constituir e apresentar uma erudição sobre o Amazonas que se configuraria, como tal, abrangente, holística, de traços tanto renascentista como enciclopédicos, como a chama Beatriz Domingues.⁶⁰ Por sua vez, o jesuíta exilado e preso aponta para particularidades da flora do Amazonas que por missionários ou viajantes só tinham sido percebidas através da indistinção da selva e da ausência de cultura. Ainda, confrontado com os que, como ele, conheciam as diferenças e as descreviam separadamente, soube conferir o caráter de conjunto e lhe reconhecer a condição da riqueza que esperava ser descoberta, quer dizer, apropriada.⁶¹ Ao mesmo tempo, ao enxergar o Amazonas a partir dos seus haveres preciosos, como bom escolástico, entende estes como fruto da ação divina e de sua bondade. A propósito, por exemplo, de sua opinião a respeito do clima ameno do Amazonas, escreve que seria “muito mais temperado e saudável que a própria Europa, porque lhe temperou Deus os seus calores com uma tão benigna atmosfera, como as das mais temperadas regiões”.⁶² No Amazonas é, pois, evidente a ação da bondade divina que deve ser entendida na contraparte de uma responsabilidade, através do trabalho e da técnica, do que foi criado por Deus para usufruto do gênero humano. Realiza-se aqui também o apontado por Domingues: “Coexistência de

Escolástica e Ilustração, de observação sistemática e julgamentos morais”.⁶³

Dessa forma, Daniel, vendo riqueza onde outros veem pobreza, examina e critica a forma como os portugueses se têm feito presentes no Amazonas, mediante práticas de extração limitadas, realizadas a partir de relações de trabalho com os índios definidas pela sua escravidão. Enfrenta, assim, temas relacionados à melhor utilização das riquezas do reino, que ocupavam também e de forma parecida as autoridades portuguesas do período e os que se encaminhavam pela reflexão econômica. Daniel elabora, pois, um juízo moral em que destaca a incompetência da prática colonizadora portuguesa, oferecendo a solução da diversificação da agricultura de acordo com seu momento como o artifício eficaz para apropriar-se da riqueza do Amazonas. Faz isso comparando o agora com o futuro como parte de um entendimento dialógico: “Só à vista da antiga praxe se veem melhor as conveniências do novo método”.⁶⁴ Porque, na sua opinião, sempre as novidades causarão admiração aos antigos “e devem ser introduzidas considerando a desconfiança e a estranheza”.⁶⁵

A esse conjunto de soluções apresentadas com demorados argumentos, Daniel denominou de método, fazendo de seu tratado um *diretório* a ser seguido pelos novos e laboriosos agricultores a que ele aspira incentivar a vir para o Amazonas e se apropriar do tesouro que representa. Confessa que isso é o mais importante de seu livro. Diz assim no próêmio da parte quinta:

Nesta parte quinta, o modo de se poderem extrair essas riquezas, e de se poder utilizar esse tesouro, porque de pouco valeria a notícia daquelas riquezas, se não se sabe o modo de as lograr; de pouco serve o tesouro, se não se descobrem os meios de o conseguir; nesta parte, pois, direi o melhor modo e os meios mais proporcionados de se poder desfrutar este tesouro, e de se poder adquirir as suas riquezas.

São as riquezas do rio Amazonas, o tesouro de que falo, a grande fertilidade das suas terras, as preciosas especiarias das suas matas e as copiosas colheitas dos seus frutos, porque nos frutos da terra e bens estáveis consiste a mais estimável riqueza dos homens, e não nos ouros, pratas e preciosas gemas que de repente se podem perder e desaparecer em um momento.⁶⁶

Expondo suas opiniões com propriedade e com a autoridade de sua informação enciclopédica, fruto de sua vida no rio, do estudo e da reflexão, o autor do *Tesouro* propõe um programa de providências a serem tomadas, assumindo o papel de um conselheiro da corte ou secretário de ministério, muito distante de sua condição de religioso expulso, desterrado, preso. Essas liberdades permitem o exílio, quando a escrita orienta-se a uma interlocução desejada, e na escuridão da prisão há pouco a perder e pode-se apostar alto. Essas providências supõem mudanças, abandonos (deixar de privilegiar a mandioca), introduções e novidades (cultura de grão entre eles, como o arroz e o milho), adoção de novas técnicas e formas de navegação aplicadas ao uso de canoas e de pesca. Também, sem polemizar abertamente através de uma retórica argumentativa de persuasão, bem jesuítica, contempla um papel para as missões e disserta extensamente sobre os lavradores pobres portugueses que virão a enriquecer a partir de seu trabalho.

Contemplando numerosos aspectos (exagerando alguns e minimizando riscos), seu programa não é, pois, tão original como ele sugere; mesmo levando em consideração práticas indígenas de agricultura, navegação, pesca, seu programa continua sendo colonial, destinado a impor autoritariamente uma agricultura intensiva de grãos, fundamentado no imigrante como ator principal, não incluindo as populações indígenas que deviam continuar marginais. Ainda assim seu método para realizar a riqueza do Amazonas, seu diretório de ações, sendo desenhado em parte num lugar de exclusão como o exílio e a prisão, representava um programa de Estado, ou um projeto para o

desenvolvimento de um território do reino, como foi apontado por Anderson Tamura e Kelerson Semerene Costa.⁶⁷

7. O destinatário silenciado

Tendo o caráter de programa, de projeto ou de diretório, como ele o nomeia, o *Tesouro* coloca a obrigatoriedade da existência de um destinatário com poder de executar as ações que estão sendo formuladas e justificadas. Daniel endereçou suas reflexões e conselhos aos futuros moradores, e a imigrantes europeus que viriam para o Amazonas com expectativas de terras férteis onde pudessem plantar. Mas seriam eles, de fato, os interlocutores que Daniel pretendia alcançar, com uma obra escrita por um exilado na prisão e que provavelmente não encontraria em Portugal, em tempos de antijesuitismo, alguém interessado em publicá-la? Com um novo projeto para o Grão-Pará e Maranhão, o governo do reino aspirava a trazer imigrantes quer incentivados por um algum benefício, quer na condição de degredados que teriam penas graves comutadas para vir para o Maranhão. Os colonos de Daniel poderiam, pois, existir, mas no seu texto esse sujeito coletivo não se particulariza e fica mais como um recurso para seu “argumento”, uma âncora para propor uma política de imigração e povoamento. De fato, o “povoador” vindo de Portugal não seria um ator social, porém um terceiro mencionado mas ainda ausente; alguém sem uma palavra própria que precisa que Daniel fale por ele.

A procura de uma interlocução no exílio, que tire o exilado da solidão e da exclusão de sua situação, se coloca como uma necessidade de sentido. Os vínculos com os locais de origem, as solidariedades novas nos lugares de chegada ou os interesses específicos da luta para suprimir as condições que forçaram o exílio pontuam o leque de opções do exilado. Boa parte dos jesuítas que escreveram no exílio o fez tendo

como interlocutores familiares, amigos e os “nossos”, jesuítas e ex-jesuítas que, por meio de cartas, alimentavam redes de comunicação que permitiam a permanência de uma identidade jesuítica, fundamental para manter a instituição viva em tempos de extinção. Extinta a Ordem, e depois com a perda de poder dos inimigos, que tirou da cadeia os que ainda estavam presos, houve certo recuo do antijesuitismo, e os ex-jesuítas puderam escrever. Apareceram, assim, os testemunhos do exílio, do desterro, da indigna e sofrida vida nas prisões, que em forma de cartas e apologias se inseriram nas redes de defesa da Companhia, contribuindo para responder às calúnias, apontar a falta de justiça nas expulsões e as mentiras que tornaram possível a extinção. Também novas redes interessadas em saber sobre os jesuítas foram criadas e houve espaço para produzir textos com crônicas e informações de países distantes que satisfizeram a curiosidade das pessoas ilustradas do final do século XVIII.

Daniel, nitidamente, não escreveu tendo “os nossos” em vista. Sua obra não é sobre as missões da Companhia de Jesus no Maranhão nem se sustenta na sua lembrança da expulsão, apontando para a injustiça desta, como as obras de seus companheiros Kaulen e Eckart. De seu exílio e sua prisão, Daniel diz muito pouco. O *Tesouro* é atravessado pela memória que em não poucas vezes se explicita, porém não é uma obra de testemunho missionário. As missões dos jesuítas, sejam castelhanas, sejam portuguesas, são um ponto dentro de algo maior: o máximo rio Amazonas. Também a morte na prisão não lhe permitiu procurar em estudiosos, homens de ciência ou academias de diversas partes da Europa as novas interlocuções presentes nos textos escritos na segunda metade do XVIII pelos antigos missionários jesuítas da América.

A quem se destina, pois, o livro de João Daniel? O *Tesouro* é uma longa exposição, matizada em muitos aspectos das múltiplas riquezas

que guarda o Amazonas, e um arrazoado de conselhos e propostas para sua exploração, destinados, segundo o próprio João Daniel, a “persuadir os senhores portugueses e espanhóis, em cujas mãos entregou Deus este tesouro a sua povoação”.⁶⁸ Acreditamos que, referindo-se em grande parte ao percurso do rio em território reconhecido e defendido por Daniel como português, são os reis de Portugal, o Estado português, os destinatários ocultos do *Tesouro*. São eles os que devem tomar consciência dos muitos rios que Daniel menciona e descreve, do “mundo natural” que eles guardam com infinitas espécies desconhecidas na Europa e da riqueza que eles representam, sendo devidamente apropriados em termos de trabalho e tecnologia. Daniel insinua que esse interesse pelo Amazonas já estaria aparecendo, e não só por parte de Portugal, mas também pelas concorrentes holandeses e ingleses. Só quem de fato tinha o poder para incentivar a vinda de imigrantes, a fim de implementar medidas como a retirada dos missionários da administração dos índios, para alterar a condição de servidão destes ou para mexer no regime de navegação do rio, devia ser o destinatário eficiente do tratado, mesmo que silenciado. Providências tinham de ser tomadas pelo rei, e elas foram listadas e oferecidas em forma de programa.

Porém, o rei dom José I não será mencionado, nem a obra será oferecida a ele, como ainda era comum na publicação e edição de livros no século XVIII. Dada a situação em que os jesuítas tinham sido colocados como inimigos do rei e do reino em tempos do Marques de Pombal, o livro teve seu interlocutor principal silenciado. O que não significa que esteja ausente de todo o projeto. O rei está devidamente oculto do leitor, mascarado pela metáfora principal do *Tesouro* e por artifícios como a figura dos povoadores a quem se destinaria o diretório que seria o tratado. A metáfora protege o *Tesouro*, empurra-o para uma

parte menos comprometedora, isenta-o de polêmicas, encobre-o, transformando-o. O projeto de poder fica encoberto pela metáfora. Aliás, o exílio com suas interdições, mas ao mesmo tempo com sua urgência de expressão, querendo dizer o que não se pode ou não se deve dizer, é um campo fértil para a metáfora.

Depois de “idas e vindas”, numa sequência que pode passar de vinte anos, o destinatário do *Tesouro* terminou aparecendo e o destino final do livro foi uma das bibliotecas reais. Mas seu percurso continuou e, com a vinda da família real para Brasil em 1808, a biblioteca foi também enviada para o Rio de Janeiro, onde alguns anos depois o *Tesouro* foi “descoberto”. Seria esse depósito na biblioteca real vontade ou ação de alguém que reconheceu o valor do *Tesouro* para o reino, ou só obra do acaso, jogando em favor do Amazonas? Não se pode evitar essa pergunta e outras que a seguir listamos como primeira guia de pesquisa. Também estamos aqui ante outro tipo de narrativa histórica por fazer, a do livro como objeto material.

Desconhecemos o percurso que os seis cadernos em que João Daniel escreveu o livro fizeram, desde o forte de Almeida ou da fortaleza de São Julião até o Rio de Janeiro e Évora, onde permanece até hoje o sexto caderno e o que seria uma versão bem menor da quinta parte. Teriam saído do primeiro lugar ou do segundo? Teria Daniel disposto dos cadernos ou alguém se ocupou deles depois de sua morte em 1776? Teria sido através de seu irmão (que, junto com seu sobrinho, interveio na ida do sexto caderno para Évora), de algum jesuíta ou mesmo de um particular que os cadernos burlariam os controles e sairiam da prisão? E se os cinco cadernos foram confiscados, como já teria ocorrido com outros papéis de João Daniel no forte de Almeida? De qualquer forma, de quem seria a ideia de reunir os cinco cadernos num único volume manuscrito e quem pagaria ao amanuense, ou amanuenses, que fez o códice que está na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro? Teria esse

alguém, assim, reconhecido o valor do *Tesouro* e enxergado nele o destinatário silenciado, providenciando sua guarda nas bibliotecas dos reis? Quem seria esse alguém: um burocrata real interessado no Amazonas, um naturalista ligado ao Jardim Botânico de Lisboa, nos tempos em que se realizavam expedições como as de Alexandre Rodrigues Ferreira? Ou por acaso alguém que só viu curiosidades dignas de serem guardadas nas bibliotecas reais no que João Daniel enxergou riqueza e promessa de prosperidade? Perguntas que remetem aos silêncios dos tempos de exílio.

Considerações finais

O exílio elaborado através da escrita tem entre o preço a ser pago pela audácia e o risco da comunicação a possibilidade de que não lhe exista retorno, ou porque não haverá um leitor ou porque a resposta não chegará até o exilado. Os textos produzidos nos exílios são testemunhos da perseverança, da persistência, da esperança que sobrevive à perda e ao desarraigamento.

É difícil acreditar que um texto gerado pela paixão, como o de Daniel, tenha sido somente fruto de suas “noites de insônia”, como ele escreveu. O *Tesouro*, como tentamos mostrar, traz em si um diretório, um projeto, um programa de Estado para a apropriação da riqueza do Amazonas. Também João Daniel não é ingênuo e sabe não ser o único a enxergar no Amazonas um tesouro. O projeto pombalino da criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão estava em andamento, e outros, inclusive jesuítas, tinham apontado para as potencialidades curativas das plantas tropicais, nas quais alguns já percebiam possibilidades de lucro.⁶⁹

O rio como “argumento do *Tesouro*” no seu texto não está ali, pois, como fruto da nostalgia do exilado. A memória no *Tesouro* é evocada na perspectiva de futuro. O próprio presente do exílio e do

cárcere é silenciado. No *Tesouro*, o exílio como lugar de produção do texto, podendo ser o forte de Almeida ou a fortaleza de São Julião, é circunstancial, quase ignorado. No *Tesouro*, o exílio fica para trás, porque o que interessa é o futuro. Não o futuro imediato a respeito dos jesuítas, que animava a militância da apologética da escrita de Kaulen e de Eckart, na sua defesa da Companhia de Jesus, mas o futuro do Amazonas. O exílio fica para trás porque a memória elaborada no projeto o coloca para frente, para o futuro. Contudo, o projeto se sustenta na possibilidade de sua realização. Para isso, o destinatário da proposta, que acreditamos seja o rei, mesmo que silenciado, é absolutamente necessário. Assim, sua obra, que não seria destinada “aos nossos”, ao não inserir-se na militância da defesa da Ordem, ficou de fora das redes estabelecidas pelos outros exilados jesuítas e, talvez apostando no seu valor e utilidade, seguiu um caminho próprio e até agora desconhecido.

O aviso ao leitor de que “se acaba já o papel” e terá que parar, no fim da sexta parte, foi a despedida de João Daniel.⁷⁰ Não sabemos quanto tempo depois de escrever isso o padre faleceu em São Julião e, como era costume com os ex-jesuítas presos, segundo conta Anselmo Eckart, seu nome não foi lavrado no livro de óbitos da paróquia próxima à fortaleza. Seu anonimato realizou-se também ao não ser incluído no desenho-homenagem de Lourenço Kaulen aos “mártires de São Julião”. Sem merecer um epitáfio por parte de seus irmãos, seu exílio não teve heroísmo ou memória; talvez só solidão.

João Daniel, ao concluir seu tratado, foi tributário de sua audácia e, pelo que sabemos, não conheceu o retorno de seus leitores e as opiniões do destinatário. Alguém soube ver nos cadernos talvez não um tesouro, mas um arrazoadado de informações sobre o Amazonas suficientes para fazer deles um livro. Porém, como diz Beatriz Domingues, não interessava o “conhecimento dos tesouros do rio Amazonas pelos concorrentes europeus”.⁷¹ Seu primeiro interlocutor

apreciou o *Tesouro*, mas, por sigilo ou precaução, o guardou na biblioteca real, longe dos gabinetes que o poderiam implementar como programa. O *Tesouro* foi achado no Rio de Janeiro em 1818 e atribuído a João Daniel, tirando-o do anonimato em que a prisão, a morte como ex-jesuíta e a própria memória jesuítica o tinham colocado. Em 1820, a Imprensa Régia do Rio de Janeiro publicou a parte quinta do *Tesouro*. Respondendo ao interesse de Francisco Adolfo de Varnhagen, a Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro publicou a segunda parte no tomo 2 de 1840 e no tomo 3 de 1841.⁷² Finalmente João Daniel teria encontrado seus interlocutores num país que se descobria e que ansiava por uma memória de futuro como a que o exilado e preso nos infortúnios de São Julião oferecia no seu *Tesouro*.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

KAULEN, L. **Relação das coisas notáveis de nossa viagem do desterro do Pará para Lisboa, a qual fizeram dez religiosos da Companhia, Padre Domingos Antônio, Reitor do Colégio do Pará, Luiz Álvares, Manuel Afonso, Manuel do Santos, Joaquim de Carvalho, Antônio Meisterburg, Lourenço Kaulen, João Daniel, Joaquim de Barros, Anselmo Eckart; e alguns dez religiosos de São Francisco, na nau chamada Nossa Senhora do Atalaia, no ano de 1757.** Biblioteca Pública Evorense, CXU=2=14z, n. 5.

KAULEN, L. **Relação de algumas cousas que sucederam aos religiosos da Companhia de Jesus no reino de Portugal, nas suas prisões, desterramentos e cárceres, em que estiveram por tempo de 18 anos, isto é, do ano de 1759 a 1777, no reinado do Rei D. José I, sendo primeiro-ministro [...] marques de Pombal.** Manuscrito, obra feita pelo padre Lourenço Kaulen, alemão da cidade de Colônia, a bordo do Reno, e companheiro dos que escrevo. **Missionário que foi no Brasil na Província de Pará nos rios Tocantins, Amazonas e Xingu.** Biblioteca Nacional de Lisboa, COD 7997.

Fontes impressas

CAEIRO, J. **História da expulsão da Companhia de Jesus da província de Portugal** (século XVIII). Lisboa: Editorial Verbo, 1991.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 2 vol.

ECKART, A. **Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal.** Braga, Lisboa: Livraria A. I./Edições Loyola, 1987.

Notas

* Professor doutor do departamento de História da PUC-SP, área de História da América. E-mail: fertorresbracol@gmail.com

¹ Este artigo se desenvolve dentro da pesquisa “Projeto e memória no Amazonas na segunda metade do século XVIII. O Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas, do padre João Daniel, contexto de produção e sentidos”, financiada como Bolsa de Produtividade de Pesquisa CNPq 2013-2015. Uma primeira versão do texto foi apresentada no XVI Simpósio Internacional do IHU, Companhia de Jesus, da Supressão à Restauração, realizado na UNISINOS em 2014. Agradeço à professora Maria Cristina Bohn Martins tanto pela articulação do convite para o simpósio como pelos comentários a meu texto. Uma versão preparada com base no exílio dos jesuítas foi apresentada em agosto de 2015, como aula inaugural do curso de Especialização

História e Sociedade e Cultura da PUC-SP, por gentil convite das coordenadoras professoras Yvone Dias Avelino e Maria Izilda Matos.

² SAID, E. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46.

³ *ibid.*, p. 47.

⁴ *idem.*

⁵ *ibid.*, p. 50.

⁶ HOCHMAN, N. Conflictos y posibilidades de los escritores en el exilio. La discusión entre Émile Cioran y Witold Gombrowicz. In: **Anagramas-Rumbos y sentidos de la comunicación**, vol. 10, n° 19, 2011. p. 122

⁷ SAID, E. *op. cit.*, p. 58.

⁸ *ibid.*, p. 47.

⁹ MELENDO, M. J. Dilemas en torno a la historia reciente: memorias en presente. Reseña de: FRANCO, M. El exilio en Francia durante la dictadura, Buenos Aires, Siglo XXI, 2008. In: **Sociohistórica**, n° 23/24, 2008. p. 276.

¹⁰ SAID, E. *op. cit.*, p. 53.

¹¹ *ibid.*, p. 47.

¹² HOCHMAN, N. *op. cit.*, p. 127.

¹³ SAID, E. *op. cit.*, p. 48.

¹⁴ SARLO, B. **Tiempo presente**. Notas sobre el cambio de una cultura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006. p. 189.

¹⁵ PAGE, C. **Relatos desde el exilio**. Memorias de los jesuitas expulsos de la antigua provincia del Paraguay. Asunción: Servilivro, 2011. p. 18.

¹⁶ Ante uma bibliografia gigantesca, aqui, para uma visão dessas presenças jesuíticas e das tensões e conflitos em que se viram do século XVI ao XVIII, ver o primeiro volume de FRANCO, J. E. **O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente, séculos XVI a XX**: das origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva, 2006.

¹⁷ Para uma visão do arrefecimento do antijesuítismo, seus traços pombalinos e sua forma de operação através de dossiês, libelos, panfletos e outros “catecismos antijesuíticos pombalinos”, ver o capítulo Configuração do mito jesuíta, em FRANCO, J. E. *op. cit.*, pp. 475-551.

¹⁸ Para o império espanhol, estimam-se os expulsos em 5.376. Ver TIETZ, M. E.; BRESEMEISTER, D. **Los jesuitas españoles expulsos**. Su imagen y su contribución al saber sobre el mundo hispánico en la Europa del siglo XVIII. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2001. p. 8.

¹⁹ *ibid.*, p. 13.

²⁰ PAGE, C. *op. cit.*, p. 58.

²¹ CAEIRO, J. **História da expulsão da Companhia de Jesus da província de Portugal** (século XVIII). vol. 1. Lisboa: Editorial Verbo, 1991. p. 23.

²² No universo espanhol, esse seria o caso do padre Isla. Ver DOMERGUE, L. Les jésuites espagnols écrivains el t'appareil d'Etat (1767-1808). In: TIETZ, M. E.; BRESEMEISTER, D. *op. cit.*, p. 280.

²³ CIPOLLETTI, M. S. Fruto de la melancolia, restos del naufrágio: el alto Amazonas em los escritos de los jesuítas expulsos. In: TIETZ, M. E.; BRESEMEISTER, D. op. cit., p. 240.

²⁴ PAGE, C. op. cit., p. 54.

²⁵ A possibilidade de ver suas obras impressas melhora a vida dos ex-jesuítas espanhóis, com o clima antirrevolução francesa da Espanha de Carlos IV. Ver DOMERGUE, L. op. cit., p. 283.

²⁶ TIETZ, M. E.; BRESEMEISTER, D. op. cit., p. 8.

²⁷ A polarização entre a Companhia de Jesus e o reinado de dom José I, comandado pelo seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), envolveu pelo menos três escalas de conflito: (1) Portugal propriamente dito, com epicentro na corte, onde os jesuítas eram confessores; (2) o Grão-Pará, que era a grande aposta para o comércio do império e a consolidação territorial na América; (3) o rio da Prata, onde se cruzavam os interesses da Espanha, de Portugal, da Companhia de Jesus e das populações indígenas das missões. A respeito, ver COUTO, J. As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios ultramarinos. In: **A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses**: catálogo das obras da Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2009.

²⁸ REIS, A. C. F. **Estadistas portugueses**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948. Ferreira Reis, em extenso capítulo sobre o governador Heitor de Mendonça Furtado, a partir de sua correspondência, detalha os conflitos entre ele e os jesuítas, e traz o texto onde coloca a lista e os motivos dos jesuítas que estão sendo expulsos (p. 124 e seguintes).

²⁹ LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. tomo IV, p. 127.

³⁰ Já tivemos oportunidade de nos debruçar sobre as memórias de Eckart. Ver a respeito TORRES LONDOÑO, F. Expulsiones, extinción, escritura y memoria en la Compañía de Jesús en el siglo XVIII. In: AGUIRRE, A. C.; ABALO, E. **Representaciones sobre historia y religiosidad**. Deshaciendo fronteras. Rosario: Pro historia Ediciones, 2014. pp. 296-300.

³¹ O esboço biográfico mais completo sobre o padre Eckart está em PAPAVERO, N.; PORRO, A. (Org.). **Anselm Eckart S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista, 1785**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2013. pp. 12-34. LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. tomo VIII, p. 278.

³² ECKART, A. **Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. São Paulo: Edições Loyola, 1987. p. 15.

³³ A viagem que Eckart fez de Caeté (atual Marabá) ao Xingu lhe permitiu realizar diversas observações tanto da natureza como das populações indígenas, as quais consignou em textos em alemão que foram impressos por Christoph Gottlieb von Murr a partir de 1785, sendo publicados recentemente em fac-símile por PAPAVERO, N.; PORRO, A. (Org.). op. cit. Ver também a referência biográfica na parte Escritores de LEITE, S. op. cit., tomo VIII, p. 278. Ainda o prefácio de Antônio Lopes, S.J., em ECKART, A. op. cit., p. 9.

³⁴ KAULEN, L. **Relação de algumas cousas que sucederam aos religiosos da Companhia de Jesus no reino de Portugal, nas suas prisões, desterramentos e cárceres**,

em que estiveram por tempo de 18 anos, isto é, do ano de 1759 a 1777, no reinado do Rei D. José I, sendo primeiro-ministro [...] marques de Pombal. **Manuscrito**, obra feita pelo padre Lourenço Kaulen, alemão da cidade de Colônia, a bordo do Rheno, e companheiro dos que escrevo. **Missionário que foi no Brasil na Província de Pará nos rios Tocantins, Amazonas e Xingu**. Biblioteca Nacional de Lisboa, COD 7997, p. 2.

³⁵ KAULEN, L. **Relação das coisas notáveis de nossa viagem do desterro do Pará para Lisboa, a qual fizeram dez religiosos da Companhia, Padre Domingos Antônio, Reitor do Colégio do Pará, Luiz Álvares, Manuel Afonso, Manuel do Santos, Joaquim de Carvalho, Antônio Meisterburg, Lourenço Kaulen, João Daniel, Joaquim de Barros, Anselmo Eckart; e alguns dez religiosos de São Francisco, na nau chamada Nossa Senhora do Atalaia, no ano de 1757**. Biblioteca Pública Evorense CXU=2=14z, n. 5. No Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro existe uma cópia manuscrita – Arquivo 2.3.13. Para um resumo e uma análise dessa viagem de desterro, ver CARDOSO, P. D. W. *O Diário de Bordo de um jesuíta expulso do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1757-1758*. 26 Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, julho de 2006.

³⁶ KAULEN, L. **Relação de algumas cousas que sucederam aos religiosos da Companhia de Jesus no reino de Portugal, nas suas prisões, desterramentos e cárceres, em que estiveram por tempo de 18 anos...**, op. cit., p. 50 (forte de Almeida), p. 74 (forte de São Julião). Essas plantas foram reproduzidas por Antônio Lopes, S.J., em ECKART, A. op. cit., p. 225, e por RODRIGUEZ, L. *As prisões e o destino dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão: narrativa apologética, paradigma de resistência ao antijesuítismo*. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, nº 27-1, p. 45, 2009. A partir do texto do padre Kaulen, Luiz Fernando M. Rodriguez faz um completo relato da vida na prisão, mostrando as formas de resistência às perseguições e o sentido de uma escrita apologética destinada a provocar no leitor ações reparadoras em relação às injustiças praticadas contra os jesuítas e à honra da Companhia de Jesus, p. 35.

³⁷ Sobre estas obras, ver LEITE, S. op. cit., tomo VIII. *Bibliografia de Lourenço Kaulen*, pp. 321-323.

³⁸ O desenho com as torres de São Julião e alegorias à morte estão em KAULEN, L. **Relação de algumas cousas que sucederam aos religiosos da Companhia de Jesus no reino de Portugal, nas suas prisões, desterramentos e cárceres, em que estiveram por tempo de 18 anos...**, op. cit., p. 138.

³⁹ DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. vol. 2, p. 234. Nas poucas vezes em que se refere à prisão, chama-a de catacumba; escreve também “nas minhas prisões ou sepulturas de vivos”.

⁴⁰ **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, de Cândido Figueiredo, 1899; 1913. Disponível em: <<http://www.dicionario-aberto.net/estaticos/about.html>>. Acesso em 20/08/2015.

⁴¹ idem.

⁴² idem.

⁴³ DANIEL, J. op. cit., vol. 1, p. 50.

⁴⁴ A respeito, ver ECKART, T. A., op. cit., p. 120. Seu comentário sobre o traslado de Almeida a São Julião define bem este último, “do purgatório nós tínhamos transitado

para o inferno”. Ver também o impressionante relato de KAULEN, L. **Relação de algumas cousas que sucederam aos religiosos da Companhia de Jesus no reino de Portugal, nas suas prisões, destierros e cárceres, em que estiveram por tempo de 18 anos...**, op. cit. A descrição do lúgubre e pestilento ambiente está disponível em RODRIGUEZ, L. op. cit., pp. 22-27.

⁴⁵ *ibid.*, pp. 27-32.

⁴⁶ REIS, A. C. F. **Estadistas portugueses**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948. p. 127.

⁴⁷ DANIEL, J. op. cit., vol. 2, p. 154.

⁴⁸ Colégio Máximo de São Luís, Catálogo de 29/12/1745 e Catálogo de 21/08/1751; ARSI, *Luzitanae Brasiliae*, livro 27.

⁴⁹ A referência estaria num ofício que o comandante do forte de Almeida, Manuel Freire de Andrade, encaminhou ao ministro Sebastião José de Carvalho, informando-o dos cinco maços de papéis confiscados dos jesuítas presos, entre eles um pertencente a João Daniel. Ver LEITE, S. op. cit., tomo IV, p. 128. Anselmo Eckart também teve seus livros e papéis confiscados no forte de Almeida, a 1 de dezembro de 1761. ECKART, A. op. cit., p. 114.

⁵⁰ DOMINGUES, B. **Tão longe e tão perto: a Ibero-América e a Europa ilustrada**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 134.

⁵¹ DANIEL, J. op. cit., vol. 2, p. 545.

⁵² *ibid.*, v. 1, p. 523.

⁵³ *ibid.*, v. 1., pp. 523-574.

⁵⁴ Sobre os conhecimentos de farmacologia, das espécies nativas utilizadas para as curas e as boticas jesuíticas presentes em colégios da Companhia de Jesus como os de Pernambuco, Maranhão, Pará e São Paulo, Córdoba, nas missões e em fazendas como a de Santa Cruz no Rio de Janeiro, ver FLECK, E. **Entre a caridade e a Ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus**. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2014. pp. 271-275.

⁵⁵ DOMINGUES, B. op. cit., p. 109.

⁵⁶ *idem.*

⁵⁷ DANIEL, J. op. cit., vol. 2, p. 135.

⁵⁸ *ibid.*, vol. 2, p. 77.

⁵⁹ A utopia do paraíso terrestre seria a metáfora de João Daniel para realizar sua descrição do Amazonas. A respeito, ver COSTA, K. *Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel*. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 14, suple. 0, 2007. p. 99.

⁶⁰ DOMINGUES, B. op. cit., p. 134.

⁶¹ COSTA, K. op. cit., p. 97.

⁶² DANIEL, J. op. cit., vol. 1, p. 77.

⁶³ DOMINGUES, B. op. cit., p. 130.

⁶⁴ DANIEL, J. op. cit., vol. 1, p. 133.

⁶⁵ *ibid.*, vol. 2, p. 139.

⁶⁶ *ibid.*, vol. 2, p. 153.

⁶⁷ TAMURA, A. T. A. **A resposta de João Daniel ao projeto português para o Amazonas**. Mestrado, Programa de História-PUCSP, São Paulo, Brasil, 2010. p. 90; COSTA, K. op. cit., p. 99.

⁶⁸ DANIEL, J. op. cit., vol. 2, p. 426.

⁶⁹ Sobre os saberes que representavam as boticas dos colégios da Companhia de Jesus no norte do Brasil e no Estado do Grão-Pará e Maranhão, ver SANTOS, F. S. dos. **As plantas brasileiras, os jesuítas e os indígenas do Brasil**: história e ciência na Triaga Brasília (séc. XVII-XVIII). São Paulo: Casa do Novo Autor, 2009. pp. 55-59.

⁷⁰ DANIEL, J. op. cit., vol. 2, p. 621.

⁷¹ DOMINGUES, B. op. cit., p. 135.

⁷² SALLES, V. Rapsódia Amazônica de João Daniel. In: DANIEL, J. op. cit., vol. 1, p. 12.